

RELATÓRIO

Determinantes da Saída do Cadastro Único: Evidências Longitudinais a partir dos beneficiários do Bolsa Família em 2012



Diretor-Presidente

Paulo Tafner

Diretor de Pesquisa

Fernando Veloso

Coordenadora de Projetos e Pesquisa

Natalia Levy

Gerente Administrativa-Financeira

Carolina Roiter

Responsável Técnico

Leandro P. da Rocha

Equipe de Elaboração de Conteúdo

Pedro H. Chaves Maia

Leandro P. da Rocha

**Instituto Mobilidade
e Desenvolvimento Social**

Relatório: Determinantes da Saída
do Cadastro Único: Evidências Lon-
gitudinais a partir dos beneficiários
do Bolsa Família em 2012

Rio de Janeiro, RJ, 2025. 18 p.



Sumário

Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Retrato Inicial: os beneficiários em 2012	3
2.1 Dimensão e distribuição geográfica da coorte	3
2.2 Características individuais da coorte	4
2.3 Condições domiciliares	5
2.4 Perfil do responsável e condições econômicas	7
2.5 Tempo de exposição ao programa	8
Capítulo 3: Situação da coorte em 2024	9
3.1 Contexto institucional e expansão do Cadastro Único (2012--2024)	9
3.2 Situação geral da coorte em 2024	10
Capítulo 4: Determinantes da saída do Cadastro Único em 2024	12
4.1 Determinantes da saída do Cadastro Único	12
4.2 Tempo de exposição ao programa	13
4.3 Heterogeneidade regional	14
Capítulo 5: Conclusão	16
Bibliografia	18



1. INTRODUÇÃO

O *Programa Bolsa Família* (PBF), criado em 2003, consolidou-se como a principal política de transferência de renda do Brasil, com impactos documentados na redução da pobreza e da desigualdade e na ampliação do acesso a serviços básicos. Seu desenho condicional buscou, ao mesmo tempo, aliviar restrições imediatas de consumo e incentivar a formação de capital humano ao atrelar o recebimento do benefício à frequência escolar e ao acompanhamento em saúde de crianças e adolescentes (Bastagli et al., 2016; Glewwe & Kassouf, 2012; Soares et al., 2010). Evidências mais recentes sugerem efeitos persistentes em mobilidade social (Fassarella et al., 2024).

A operacionalização do PBF e de grande parte da proteção social no país depende do *Cadastro Único para Programas Sociais* (CadÚnico), um sistema de identificação e caracterização socioeconômica que reúne informações detalhadas sobre famílias de baixa renda em todo o território nacional. Além de definir a elegibilidade para o PBF, o CadÚnico funciona como porta de entrada para uma ampla gama de benefícios (por exemplo, Tarifa Social de Energia Elétrica, programas habitacionais e o BPC), tornando-se o principal instrumento de focalização e coordenação da política social brasileira (Molina-Millán et al., 2019).

Este trabalho acompanha uma geração de jovens que, em dezembro de 2012, tinha entre 7 e 16 anos e estava registrada como *dependente* na folha de pagamento do Bolsa Família. A escolha desse ponto de partida não é casual. Por um lado, 2012 representa um momento de estabilidade institucional do programa, com regras de elegibilidade consolidadas e cobertura nacional ampla. Por outro, trata-se do primeiro ano para o qual os microdados do CadÚnico estão disponíveis de forma sistemática, o que permite maior profundidade na caracterização socioeconômica das famílias beneficiárias, bem como a articulação entre informações administrativas de pessoas, famílias e domicílios. Adicionalmente, situar a coorte na faixa etária de 7 a 16 anos garante que todos estavam em idade escolar obrigatória, período decisivo para a formação de capital humano.

A contribuição deste estudo é dupla. Em primeiro lugar, oferece um retrato detalhado de quem eram os jovens beneficiários em 2012, combinando atributos individuais, do responsável e do domicílio, ancorado diretamente nos registros administrativos. Em segundo, segue essa coorte até 2024 para mensurar seu *vínculo* com a rede de proteção social, distinguindo três situações exaustivas: permanência no Bolsa Família, permanência apenas no CadÚnico e saída completa do cadastro. Ao fazê-lo, o estudo estima associações entre condições iniciais (observadas em 2012) e o destino posterior, com ênfase em determinantes socioeconômicos, diferenças regionais e no papel da duração prévia de exposição ao programa.

Do ponto de vista da literatura, o trabalho dialoga com três vertentes. A primeira é a que documenta efeitos de curto e médio prazo das transferências condicionadas no Brasil e em países



latino-americanos (Bastagli et al., 2016; Glewwe & Kassouf, 2012; Soares et al., 2010). A segunda reúne estudos de seguimento que investigam persistência de impactos e efeitos intergeracionais, apontando ganhos de longo prazo em acumulação de capital humano e inserção econômica (Behrman et al., 2011; Neidhöfer & Niño-Zarazúa, 2019; Parker & Vogl, 2018). A terceira, mais recente, discute a relação entre programas de transferência e mobilidade social (Fassarella et al., 2024).

Em termos de desenho empírico, adotamos uma estratégia em duas etapas. Primeiramente, construímos a coorte de 2012 a partir da folha de pagamento do PBF, vinculando-a às informações do CadÚnico para caracterização socioeconômica inicial. Em seguida, rastreamos sua situação em 2024, classificando cada jovem segundo a permanência no PBF, a permanência apenas no CadÚnico ou a saída do cadastro. A análise combina descrições detalhadas e exercícios para relacionar condições iniciais, tempo prévio de exposição ao programa e diferenças regionais à probabilidade de desligamento em 2024. Essa abordagem permite distinguir, ainda que de forma não causal, padrões consistentes com trajetórias de pobreza e de vulnerabilidade transitória, fornecendo insumos para estratégias de acompanhamento.



2. RETRATO INICIAL: OS BENEFICIÁRIOS EM 2012

Este capítulo apresenta o ponto de partida da análise: o perfil socioeconômico e demográfico de uma geração de jovens que, em dezembro de 2012, estava registrada como dependente na folha de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF). Foram considerados apenas aqueles com idade entre 7 e 16 anos na data de referência, assegurando que todos estavam em fase escolar e vivendo um período decisivo para a formação de capital humano.

O ano de 2012 corresponde a um momento de estabilidade e consolidação do programa, com critérios de elegibilidade definidos e cobertura nacional ampla. Os indivíduos identificados nessa base representam, portanto, uma fotografia nítida de beneficiários em idade escolar no auge da operação do PBF, anterior às transformações institucionais e econômicas da década seguinte que impactariam suas famílias.

A utilização da folha de pagamento como fonte elimina o risco de registros desatualizados ou inconsistentes. Dessa forma, garante-se que todos os jovens descritos estavam efetivamente recebendo o benefício naquele mês, estabelecendo uma linha de base sólida para o acompanhamento de sua trajetória até 2024.

A análise a seguir descreve as principais características dessa população em quatro dimensões: (i) distribuição territorial, (ii) características individuais, (iii) perfil do responsável familiar e condições econômicas, (iv) tempo de exposição ao programa. Essa abordagem integrada permite compreender não apenas quem eram esses jovens, mas também o contexto socioeconômico e a trajetória de vinculação ao PBF.

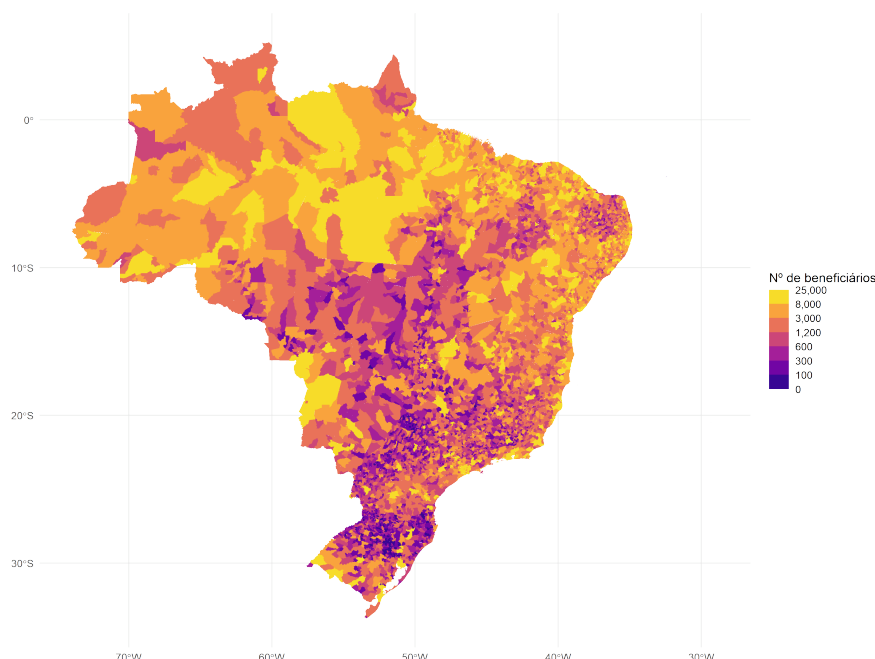
2.1 Dimensão e distribuição geográfica da coorte

A coorte analisada é formada por 15.533.133 indivíduos que, em dezembro de 2012, recebiam o Bolsa Família como dependentes e tinham entre 7 e 16 anos de idade. Esse grupo representava aproximadamente 60% de todos os beneficiários classificados como dependentes, reforçando sua importância para a compreensão da dinâmica de longo prazo do programa.

A distribuição territorial evidencia a abrangência nacional do Bolsa Família, com presença em praticamente todos os municípios brasileiros. A maior concentração ocorre em regiões historicamente marcadas por altos índices de pobreza, como o Nordeste e a Amazônia Legal, ainda que grandes centros urbanos também concentrem números absolutos expressivos.

No Nordeste, municípios do semiárido apresentam proporções elevadas de jovens dependentes em relação à população local, refletindo vulnerabilidades persistentes. A Amazônia Legal também se sobressai, sobretudo em municípios de baixa densidade demográfica, onde a proporção de beneficiários sobre a população total de crianças e adolescentes atinge patamares elevados. Já nas regiões Sul e Sudeste, a participação proporcional é menor, mas a dimensão populacional das áreas metropolitanas garante volumes absolutos significativos.

Figura 2.1. Distribuição municipal dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do Bolsa Família em dezembro de 2012.



Nota: Elaboração própria a partir dos microdados da Folha de Pagamentos do Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.

2.2 Características individuais da coorte

Por definição, todos os jovens da coorte tinham entre 7 e 16 anos em 2012, situando-se em idade escolar obrigatória. Essa condição confere especial relevância ao acompanhamento de sua trajetória, já que a escolarização nesse período é decisiva para a acumulação de capital humano.

A Tabela 2.1 apresenta as principais características individuais. Observa-se uma distribuição de sexo bastante equilibrada, com leve predominância masculina (51,1%).

A coorte era majoritariamente composta por jovens pardos e pretos (73,4%). Essa elevada proporção de pretos e pardos evidencia a concentração da população beneficiária entre grupos historicamente mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, reforçando o papel redistributivo do programa.

No campo educacional, a grande maioria (96,0%) frequentava a escola, o que mostra a centralidade da política educacional obrigatória já consolidada naquele momento. No entanto, os indicadores de qualidade revelam fragilidades: 27,4% estavam em defasagem idade-série, sinalizando dificuldades de progressão escolar.



Quanto à alfabetização, 92,0% declararam saber ler e escrever, enquanto 8,0% ainda não haviam desenvolvido essa habilidade. Parte dessa diferença pode ser explicada pela presença de crianças de 7 e 8 anos na coorte, faixa etária em que o processo de alfabetização ainda pode estar em andamento.

Tabela 2.1. Características individuais dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do Bolsa Família em 2012

Variável	Categoria	Percentual (%)
Sexo	Masculino	51,1
	Feminino	48,9
Cor/Raça	Branca	25,5
	Preta	5,7
	Parda	67,7
	Outras	1,1
Frequência escolar	Frequenta	96,0
	Não frequenta	4,0
Defasagem idade-série	Sim	27,4
	Não	72,6
Alfabetizado	Sim	92,0
	Não	8,0
Trabalho precoce	Sim	0,2
	Não	99,8

Nota: Tabela elaborada com dados do Cadastro Único e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família de 2012. O sexo e a cor/raça foram extraídos diretamente das variáveis correspondentes do Cadastro Único, agrupando-se as categorias branca, preta, parda e outras. A frequência escolar considera se o jovem estava matriculado no momento da entrevista. A defasagem idade-série foi definida comparando a idade com a série esperada segundo o curso informado, sendo classificada como em defasagem aquele com atraso de dois anos ou mais em relação ao padrão. A alfabetização foi definida a partir da variável de saber ler e escrever, distinguindo alfabetizados e não alfabetizados. O trabalho precoce foi considerado presente quando o jovem declarou ter trabalhado na semana de referência ou em qualquer mês nos últimos 12 meses, e ausente nos demais casos.

Embora residual (0,2%), a presença de jovens que já trabalhavam em 2012 indica que estratégias familiares de complementação de renda ainda se apoiavam na participação precoce desses indivíduos em atividades produtivas, um fenômeno associado a contextos de pobreza.

2.3 Condições domiciliares

As condições de moradia constituem parte essencial do ambiente em que os jovens estavam inseridos em 2012, pois influenciam diretamente o bem-estar imediato e afetam oportunidades educacionais, de saúde e de inserção social. A Tabela 2.2 apresenta as principais características dos domicílios das famílias beneficiárias.

A média de moradores por domicílio era de 4,2 pessoas. A maioria (97,4%) vivia em domicílios compostos por apenas uma família, indicando que a coabitação de múltiplos núcleos familiares não era o padrão predominante, embora fosse presente em 2,6% dos casos.

Em relação à infraestrutura, cerca de três quartos dos lares (75,4%) eram construídos em alvenaria,



mas um contingente expressivo habitava casas de madeira (10,3%) ou de materiais precários (14,3%).

O acesso a serviços básicos reforça esse quadro de desigualdade. Dois terços dos domicílios (67,9%) eram abastecidos por rede geral de água; os demais dependiam de soluções alternativas, como poços e nascentes (22,7%) ou outras formas mais instáveis (9,4%). No caso do esgotamento sanitário, menos da metade (40,4%) possuía ligação à rede coletora, enquanto 42,6% utilizavam fossas rudimentares ou valas a céu aberto, condições que expõem as famílias a maiores riscos ambientais e de saúde pública.

O destino do lixo também mostra fortes desigualdades: embora a coleta direta fosse predominante (69,9%), mais de um quarto dos domicílios (27,0%) descartava resíduos em terrenos baldios, rios ou ruas, prática associada à ausência de serviços regulares de coleta. Outros 3,1% queimavam ou enterravam o lixo.

Tabela 2.2. Características domiciliares das famílias dos beneficiários de 7 a 16 anos do Bolsa Família em 2012

Variável	Categoria	Percentual (%)
Famílias por domicílio	1	97,4
	2 ou mais	2,6
Material das paredes	Alvenaria/tijolo	75,4
	Madeira	10,3
	Outros/precários	14,3
Abastecimento de água	Rede geral	67,9
	Poço/nascente	22,7
	Outros	9,4
Esgotamento sanitário	Rede coletora	40,4
	Fossa séptica	17,0
	Fossa rudimentar/valas	42,6
Destino do lixo	Coleta direta	69,9
	Jogado em terreno/água	27,0
	Queimado/enterrado	3,1

Nota: Tabela elaborada com dados do Cadastro Único e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família de 2012. O número médio de moradores foi obtido a partir da variável de quantidade de pessoas no domicílio, enquanto o número de famílias considera a quantidade de famílias cadastradas no mesmo domicílio, distinguindo uma única família de dois ou mais núcleos familiares. O material das paredes foi classificado em alvenaria/tijolo (com ou sem revestimento), madeira (aparelhada ou aproveitada) e outros/precários (taipa, palha e demais materiais). O abastecimento de água considerou rede geral, poço ou nascente e outras formas (cisterna ou outra fonte). O esgotamento sanitário foi agrupado em rede coletora, fossa séptica e fossa rudimentar/valas abertas ou destino direto em rios, lagos ou mar. O destino do lixo distingue coleta direta, queima ou enterro no terreno e descarte em locais impróprios como terrenos baldios ou corpos d'água.

A fotografia das condições domiciliares em 2012 revela que grande parte da coorte de jovens cresceu em lares com infraestrutura incompleta e serviços básicos insuficientes. Esses déficits estruturais ajudam a explicar os desafios de longo prazo enfrentados por essa população e reforçam a importância do Bolsa Família como mecanismo de proteção não apenas da renda, mas também do bem-estar mínimo em contextos de precariedade habitacional.



2.4 Perfil do responsável e condições econômicas

O perfil do responsável familiar evidencia fortes restrições de capital humano e inserção ocupacional, dimensões centrais para compreender a vulnerabilidade socioeconômica da coorte em 2012.

A Tabela 2.3 mostra que 61,0% dos responsáveis não haviam concluído o ensino fundamental, e apenas 22,6% possuíam ensino médio ou mais. Esse baixo nível educacional compromete as oportunidades de inserção estável no mercado de trabalho e ajuda a explicar a elevada dependência da transferência de renda.

A predominância feminina entre os responsáveis é marcante (94,5%), confirmando o desenho institucional do Bolsa Família, que priorizava mulheres como titulares do benefício. Essa característica, ao mesmo tempo que reforça o papel das mulheres como gestoras da renda familiar, também indica o peso desproporcional sobre elas da responsabilidade pelo sustento em contextos de escassez de recursos.

No mercado de trabalho, os dados revelam que 74,0% dos responsáveis estavam desocupados ou fora da força de trabalho. Apenas 4,0% tinham emprego formal, e 7,3% estavam em empregos informais, com baixa proteção social e rendimentos reduzidos. O trabalho por conta própria, exercido por 14,8% dos responsáveis, constituía alternativa relevante, mas em geral associada à informalidade e à instabilidade de rendimentos.

Essas restrições se refletem diretamente no nível de renda: a renda domiciliar per capita média era de apenas R\$45,7, situando a maioria das famílias abaixo da linha de extrema pobreza em vigor à época. Esse dado confirma que, para grande parte dessas famílias, o Bolsa Família não era apenas um complemento, mas o principal ou único mecanismo de garantia de renda.

Tabela 2.3. Características dos responsáveis familiares dos beneficiários de 7 a 16 anos do Bolsa Família em 2012

Variável	Categoria	Percentual (%)
Sexo do responsável	Masculino	5,5
	Feminino	94,5
Escolaridade	Analfabeto	10,7
	Fundamental incompleto	50,3
	Fundamental completo	16,4
	Médio ou mais	22,6
Situação de trabalho	Empregado formal	4,0
	Empregado informal	7,3
	Conta própria	14,8
	Desocupado / Fora da PEA	74,0

Nota: Elaborada com dados do Cadastro Único e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família de 2012. A escolaridade foi definida a partir das variáveis de alfabetização, curso mais elevado frequentado, conclusão e frequência escolar, classificando-se como analfabeto os que não sabem ler ou nunca frequentaram, fundamental incompleto os que frequentaram ou frequentam o ensino fundamental sem concluir, fundamental completo os que concluíram o fundamental sem atingir o ensino médio e médio ou mais os que cursaram ensino médio ou superior. A situação de trabalho foi construída considerando-se empregado formal (empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira, militar ou servidor público, estagiário e aprendiz), empregado informal (trabalhador temporário em área rural, empregado sem carteira de trabalho assinada e trabalhador doméstico sem carteira), conta própria (trabalhador por conta própria ou empregador) e desocupado/fora da PEA os que não trabalharam ou eram trabalhadores não remunerados.



O conjunto desses indicadores reforça a noção de que os jovens da coorte estavam inseridos em famílias com baixo acúmulo de capital humano e acesso limitado a oportunidades de trabalho formal. Em 2012, essas condições não apenas justificavam a elegibilidade ao programa, como também indicavam que o Bolsa Família desempenhava papel estrutural na manutenção mínima do consumo e da sobrevivência desses domicílios.

2.5 Tempo de exposição ao programa

A trajetória de vinculação ao Bolsa Família até 2012 acrescenta uma dimensão temporal à caracterização da coorte. Não se trata apenas de identificar quem recebia o benefício em determinado momento, mas também de compreender por quanto tempo essas famílias estiveram integradas à política de transferência de renda, o que permite distinguir situações de pobreza mais persistente daquelas mais transitórias.

A Tabela 2.4 mostra que a maioria absoluta dos jovens vivia em domicílios com longa permanência no programa (62,4%), ou seja, recebiam o benefício há seis anos ou mais. Outros 27,6% tinham trajetória intermediária, de três a cinco anos, e apenas 10,0% estavam vinculados ao programa havia dois anos ou menos.

Tabela 2.4. Tempo de exposição ao Bolsa Família até 2012

Categoria	Percentual (%)
Até 2 anos (2011–2012)	10,0
3 a 5 anos (2008–2010)	27,6
6 a 8 anos (2005–2007)	62,4

O predomínio da longa exposição indica que grande parte da coorte passou sua infância e adolescência em famílias cronicamente pobres, cuja elegibilidade ao Bolsa Família se manteve ao longo de toda a segunda metade dos anos 2000. Esse padrão sugere não apenas vulnerabilidade persistente, mas também maior integração administrativa e social ao programa, o que tende a reforçar o papel do benefício como pilar estruturante do orçamento doméstico.

Em contrapartida, a parcela reduzida de beneficiários com vínculo recente (10,0%) provavelmente reflete famílias em situações de entrada na pobreza ou de transitoriedade do estado de vulnerabilidade. Esse grupo pode incluir tanto domicílios que perderam renda pouco antes de 2012, tornando-se elegíveis, quanto famílias que tiveram dificuldades em acessar o programa mais cedo devido a barreiras de informação ou de cadastro.

Assim, a distribuição do tempo de exposição reforça o caráter heterogêneo da coorte: de um lado, a maioria dos jovens vivia em domicílios estruturalmente pobres e fortemente dependentes da transferência e, de outro, havia um segmento menor em condições mais recentes de vulnerabilidade, cujas trajetórias futuras poderiam se distinguir pela maior chance de saída do programa.



3. SITUAÇÃO DA COORTE EM 2024

A trajetória da coorte de jovens beneficiários identificada em 2012 deve ser analisada à luz das transformações institucionais e da dinâmica do Cadastro Único no período seguinte. Entre 2012 e 2024, o sistema de proteção social brasileiro passou por mudanças importantes, tanto em sua configuração programática quanto na dimensão de sua cobertura.

3.1 Contexto institucional e expansão do Cadastro Único (2012--2024)

O período foi marcado por três momentos distintos. Entre 2012 e 2019, observou-se crescimento gradual do número de famílias registradas no Cadastro Único, acompanhado de relativa estabilidade no Bolsa Família. A base expandiu-se principalmente em razão de processos de atualização cadastral e da incorporação de famílias em situação de vulnerabilidade.

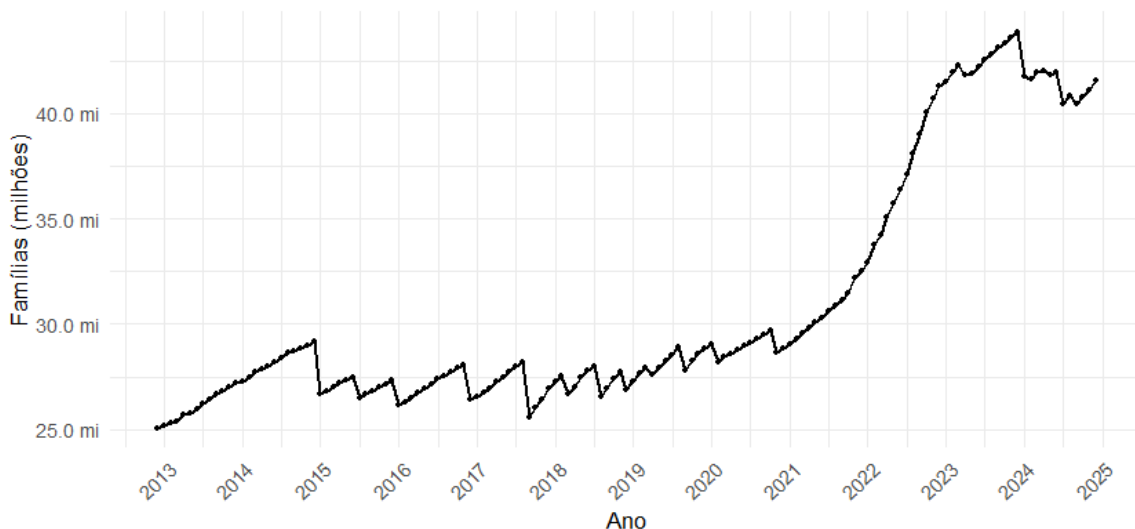
A partir de 2020, a pandemia de Covid-19 alterou esse padrão. O Auxílio Emergencial utilizou o Cadastro Único como principal instrumento de identificação, o que levou a um aumento expressivo dos registros. Entre 2020 e 2021, milhões de novas famílias foram incluídas, ampliando o alcance da base para patamares inéditos.

Em 2021, o Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, com ampliação no número de beneficiários e redefinição dos critérios de elegibilidade. Dois anos depois, em 2023, houve a recriação do Bolsa Família, com cerca de 21 milhões de famílias atendidas. Paralelamente, o Cadastro Único consolidou-se em torno de 40 milhões de famílias registradas, nível substancialmente superior ao observado no início da década.

O Gráfico 3.1 apresenta a evolução do número de famílias no Cadastro Único entre 2013 e 2025. O crescimento relativamente lento observado até 2019 contrasta com a expansão abrupta a partir de 2020, seguida de estabilização em torno de 40 milhões de famílias entre 2023 e 2024.

Esse contexto ajuda a interpretar o destino da coorte. Permanecer no Bolsa Família em 2024 indica a persistência de condições de vulnerabilidade que mantiveram as famílias dentro dos critérios de elegibilidade do programa. Estar apenas no Cadastro Único pode sinalizar melhora relativa de renda, enquanto a saída completa do cadastro sugere trajetórias de mobilidade socioeconômica mais expressivas ao longo do período.

Figura 3.1. Total de famílias registradas no Cadastro Único, 2013–2025



Nota: Elaboração própria a partir de dados administrativos do Cadastro Único.

3.2 Situação geral da coorte em 2024

Doze anos após a identificação, a coorte de crianças e jovens de 2012 se dividia em três grupos distintos: 33,5% permaneciam recebendo o Bolsa Família, 17,6% seguiam registrados apenas no Cadastro Único e 48,9% não foram encontrados na base em 2024.

Tabela 3.1. Situação da coorte de jovens beneficiários de 7 a 16 anos em 2012, observada em 2024

Situação em 2024	Percentual (%)	Número absoluto
Permanece no Bolsa Família	33,5	5.203.594
Cadastro Único sem Bolsa Família	17,6	2.733.870
Fora do Cadastro Único	48,9	7.595.669
Total	100,0	15.533.133

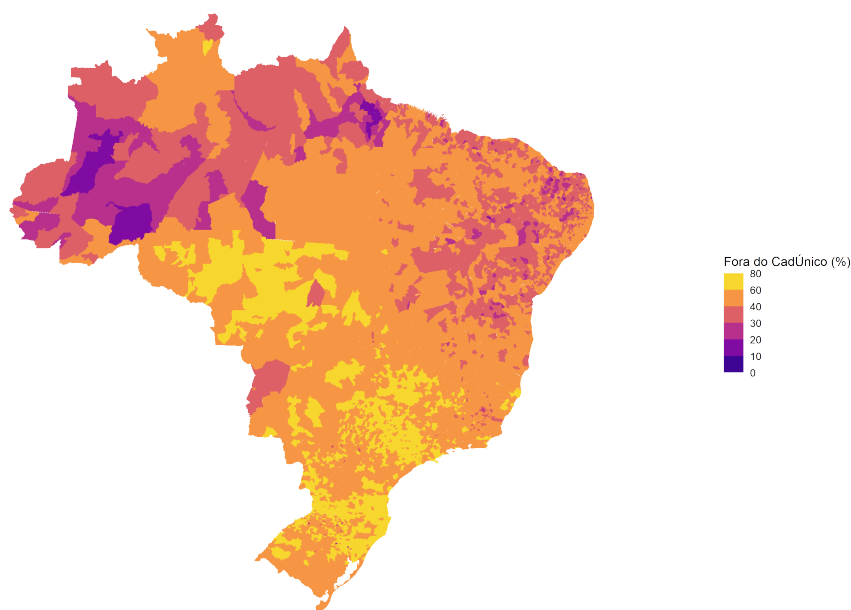
Nota: Elaboração própria a partir dos microdados do Cadastro Único e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família. Valores absolutos calculados sobre a coorte de 15,5 milhões de jovens identificados em dezembro de 2012.

A Tabela 3.1 evidencia a magnitude desses grupos em termos absolutos. Mais de 5,2 milhões de jovens da coorte permaneciam em 2024 recebendo o Bolsa Família, enquanto outros 2,7 milhões estavam apenas no Cadastro Único. Já o contingente de jovens sem qualquer registro alcançava 7,6 milhões de pessoas, quase metade do total inicial.

Esse resultado reforça a diversidade de trajetórias percorridas pela geração. A permanência no programa indica continuidade da vulnerabilidade, enquanto a manutenção apenas no Cadastro Único pode refletir alguma melhora relativa de renda. A saída completa, por sua vez, sugere que parte desses jovens conseguiu se desligar da rede de proteção social ao longo do período.

A Figura 3.2 detalha a dimensão territorial da saída, mostrando que os desligamentos foram mais intensos em municípios do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto as regiões Nordeste e parte da Amazônia Legal apresentaram taxas relativamente menores de saída.

Figura 3.2. Proporção da coorte de 2012 fora do Cadastro Único em 2024, por município de residência em 2012



Nota: Elaboração própria a partir dos microdados da Folha de Pagamentos do Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.

Esse padrão sugere uma heterogeneidade regional marcada. O Nordeste, apesar de concentrar a maior parte dos beneficiários em 2012, manteve em 2024 uma proporção mais alta de crianças e jovens ainda vinculados ao Cadastro Único. Já no Sul e Sudeste, a maior incidência de desligamentos indica maior probabilidade de mobilidade relativa, ainda que coexistam bolsões de vulnerabilidade em áreas metropolitanas e rurais. O Centro-Oeste, por sua vez, exibe um quadro intermediário, com taxas de saída elevadas em áreas de fronteira agrícola e municípios mais dinâmicos economicamente.

Esses resultados oferecem uma primeira aproximação das diferentes trajetórias tomadas pela coorte ao longo de doze anos. A análise mais aprofundada dos determinantes desses destinos será desenvolvida no capítulo seguinte, a partir de modelos econométricos que relacionam características iniciais ao risco de desligamento.



4. DETERMINANTES DA SAÍDA DO CADASTRO ÚNICO EM 2024

A análise descritiva mostrou que quase metade da coorte de jovens identificados em 2012 não foi localizada no Cadastro Único em 2024. Este capítulo busca compreender os fatores associados a esse desligamento a partir de três exercícios complementares: análise dos determinantes socioeconômicos observados em 2012, avaliação do tempo de exposição prévia ao Bolsa Família e exploração das diferenças regionais.

4.1 Determinantes da saída do Cadastro Único

Para identificar os fatores associados à saída do Cadastro Único, estimou-se um modelo de regressão logística em que a variável dependente Y_i assume valor 1 se o jovem da coorte de 2012 não foi encontrado no Cadastro Único em 2024, e 0 caso contrário (isto é, permaneceu no PBF ou apenas no cadastro).

O modelo pode ser expresso como:

$$\Pr(Y_i = 1 | X_i) = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki})}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki})}$$

onde X_i representa o vetor de características individuais, do responsável e do domicílio observadas em 2012.

Os resultados da Tabela 4.1 revelam forte seletividade no desligamento. Homens tiveram probabilidade significativamente maior de saída do cadastro em comparação às mulheres. Quanto à cor/raça, jovens pretos e pardos exibiram coeficientes negativos em relação aos brancos, indicando maior permanência dessas famílias na rede de proteção social.

Entre as variáveis educacionais, a alfabetização em 2012 esteve positivamente associada à saída do Cadastro Único em 2024. Esse resultado sugere que jovens com melhores condições de capital humano tiveram maior probabilidade de se desvincular do sistema de proteção social ao longo do tempo. Em contraste, a defasagem idade-série mostrou efeito pequeno, embora estatisticamente significativo, enquanto a frequência escolar não apresentou impacto robusto. Já o trabalho precoce elevou a chance de saída, possivelmente refletindo inserções mais rápidas no mercado de trabalho.

No plano familiar, quanto maior a escolaridade do responsável, maior a probabilidade de saída, com



Tabela 4.1. Determinantes da saída do Cadastro Único em 2024 (regressão logística)

Variável	Coef. (log-odds)	Erro-padrão
Constante	-0.62***	(0.12)
Sexo (ref: feminino)	+0.87***	(0.00)
Cor/Raça: preta	-0.25***	(0.00)
Cor/Raça: parda	-0.24***	(0.00)
Cor/Raça: outras	-0.38***	(0.01)
Alfabetizado	+0.51***	(0.00)
Frequenta escola	-0.18	(0.12)
Defasagem idade-série	+0.03***	(0.00)
Trabalho precoce	+0.24***	(0.02)
Sexo do responsável (ref: feminino)	-0.02***	(0.00)
Escolaridade resp.: fundamental incompleto	+0.09***	(0.00)
Escolaridade resp.: fundamental completo	+0.14***	(0.00)
Escolaridade resp.: médio ou mais	+0.17***	(0.00)
Situação de trabalho: formal	+0.25***	(0.00)
Situação de trabalho: informal	-0.05***	(0.00)
Situação de trabalho: conta própria	+0.08***	(0.00)
Renda per capita: R\$70–140	+0.24***	(0.00)
Renda per capita: acima de R\$140	+0.30***	(0.00)
Nº de moradores	-0.02***	(0.00)
Material das paredes: precário	-0.13***	(0.00)
Abastecimento de água: não rede	-0.06***	(0.00)
Esgotamento: rudimentar	-0.14***	(0.00)
Destino do lixo: terreno/água	-0.05***	(0.00)
Pseudo- R^2	0.47	

Nota: Resultados de regressão logística. A variável dependente assume valor 1 se o jovem da coorte de 2012 não foi localizado no Cadastro Único em 2024. Categoria de referência: sexo feminino; cor/raça branca; responsável analfabeto; responsável desocupado/fora da PEA; renda domiciliar per capita até R\$70; domicílio em alvenaria com rede geral de água, esgoto e coleta de lixo. O indicador de ajuste reportado corresponde ao Pseudo- R^2 de McFadden. *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

coeficientes crescentes. A inserção em empregos formais e rendas mais altas também aumentaram a chance de desligamento, reforçando que famílias em condições relativamente melhores já em 2012 tiveram maior mobilidade.

Por fim, condições precárias de moradia (como paredes frágeis, esgoto rudimentar e descarte irregular de lixo) estiveram associadas a menor probabilidade de saída, evidenciando a permanência das famílias mais vulneráveis dentro do cadastro.

4.2 Tempo de exposição ao programa

O tempo de exposição ao Bolsa Família até 2012 acrescenta uma dimensão dinâmica à análise. Famílias com trajetória mais longa de recebimento tendem a refletir situações de pobreza crônica, enquanto vínculos mais recentes podem sinalizar vulnerabilidade transitória.

A medida de exposição pré-2012 foi construída a partir das folhas de pagamento do programa entre 2005 e 2011, identificando se os dependentes registrados em 2012 já apareciam nos anos anteriores e, em caso afirmativo, por quanto tempo. Dessa forma, os jovens foram classificados em três grupos: curta exposição (até 2 anos), média exposição (3 a 5 anos) e longa exposição (6 a 8 anos).



Tabela 4.2. Efeito do tempo de exposição ao Bolsa Família (até 2012) sobre a saída em 2024

Variável	Coef. (log-odds)	Erro-padrão
Exposição média (3–5 anos)	-0.16***	(0.00)
Exposição longa (6–8 anos)	-0.27***	(0.00)
Controles socioeconômicos	Incluídos	
Pseudo- R^2	0.47	

Nota: Resultados de regressão logística. A categoria de referência é curta exposição (até 2 anos). O indicador de ajuste reportado corresponde ao Pseudo- R^2 de McFadden. *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

Os resultados da Tabela 4.2 mostram que maior tempo de permanência no programa esteve associado a menor probabilidade de desligamento em 2024. Em comparação aos recém-entrantes (até 2 anos), os jovens de famílias com exposição média apresentaram probabilidade significativamente menor de saída, e o efeito foi ainda mais pronunciado entre aqueles com longa exposição.

4.3 Heterogeneidade regional

Além das características individuais e familiares, as diferenças territoriais também influenciam a permanência no Cadastro Único. Para capturar esse efeito, foram incluídas variáveis indicadoras para as cinco grandes regiões, tomando o Sudeste como referência.

Tabela 4.3. Efeito da região de residência em 2012 sobre a saída do Cadastro Único em 2024

Região (ref: Sudeste)	Coef. (log-odds)	Erro-padrão
Norte	-0.35***	(0.00)
Nordeste	-0.43***	(0.00)
Sul	+0.12***	(0.00)
Centro-Oeste	+0.03***	(0.00)
Controles socioeconômicos	Incluídos	
Pseudo- R^2	0.48	

Nota: Resultados de regressão logística com variável dependente igual a 1 se o jovem não foi encontrado no Cadastro Único em 2024. Categoria de referência: Sudeste. O indicador de ajuste reportado corresponde ao Pseudo- R^2 de McFadden. *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

Os resultados indicam padrões regionais consistentes com a análise territorial. Tomando o Sudeste como referência, observa-se que jovens do Norte e do Nordeste apresentaram menor probabilidade de saída, sugerindo maior permanência no Cadastro Único e refletindo tanto vulnerabilidades persistentes quanto maior dependência da rede de proteção social. Em contraste, no Sul a chance de desligamento foi significativamente mais elevada, compatível com um contexto socioeconômico mais favorável. Já o Centro-Oeste apresentou diferenças discretas em relação ao Sudeste, indicando situação intermediária.

Em contraste, os jovens do Sul apresentaram probabilidade mais elevada de desligamento, possivelmente relacionada a melhores condições socioeconômicas médias. Já o Centro-Oeste exibiu efeito pequeno, mas positivo, indicando leve tendência de maior saída em relação ao Sudeste.

Esses resultados reforçam a ideia de que o desligamento do Cadastro Único reflete não apenas diferenças individuais e familiares, mas também contextos territoriais distintos, associados a desi-



gualdades estruturais no país.



5. CONCLUSÃO

O acompanhamento da coorte de jovens identificada em 2012 como dependentes do Programa Bolsa Família permitiu lançar luz sobre a trajetória de uma geração que cresceu sob a vigência de uma das principais políticas sociais do país. Ao seguir esses indivíduos até 2024, foi possível identificar fatores associados à permanência ou saída do Cadastro Único e compreender os mecanismos de ancoragem e desligamento em relação à rede de proteção social.

Os resultados indicam que quase metade da coorte não foi localizada no Cadastro Único em 2024. Esse desligamento pode ser interpretado como um indício de mobilidade socioeconômica, ainda que com trajetórias heterogêneas entre os indivíduos. Entre os que permaneceram, observa-se tanto a continuidade do recebimento do Bolsa Família quanto a permanência apenas no cadastro, sinalizando diferentes graus de vulnerabilidade e integração ao sistema de proteção social.

A análise dos determinantes mostrou que o desligamento esteve fortemente associado ao perfil socioeconômico registrado em 2012. Jovens de famílias com responsáveis de maior escolaridade e renda um pouco mais altas apresentaram maior probabilidade de saída, sugerindo algum grau de ascensão. Em contraste, famílias residentes em domicílios precários ou com baixa escolaridade do responsável permaneceram mais vinculadas ao cadastro, evidenciando a persistência de condições de vulnerabilidade.

O tempo de exposição prévia ao programa também revelou diferenças importantes. Famílias que ingressaram mais recentemente no Bolsa Família apresentaram maior probabilidade de desligamento em 2024, sugerindo trajetórias de vulnerabilidade mais transitória. Já aquelas com longa permanência no programa tenderam a permanecer vinculadas ao Cadastro Único, o que reforça a associação entre tempo de exposição e persistência da pobreza.

As diferenças regionais também se destacaram. Mesmo após controlar pelas condições socioeconômicas, jovens do Norte e do Nordeste apresentaram maior probabilidade de permanência na rede de proteção em relação ao Sudeste, reforçando o peso histórico da desigualdade regional. Já os do Sul exibiram maior propensão de saída, em linha com contextos de maior dinamismo econômico.

Em conjunto, os resultados mostram que o destino da coorte foi influenciado por múltiplos fatores, combinando características individuais e familiares, o tempo de inserção no programa e as desigualdades regionais. A permanência no Bolsa Família esteve mais associada a contextos de maior vulnerabilidade, enquanto a saída do Cadastro Único sugere trajetórias diferenciadas, incluindo situações de mobilidade socioeconômica ao longo do período.

Essas evidências reforçam que o Bolsa Família deve ser entendido dentro de um sistema mais amplo



de proteção social. A análise longitudinal mostra que a permanência esteve associada a situações de maior vulnerabilidade, enquanto a saída do cadastro indica trajetórias diversas de mobilidade socioeconômica ao longo do tempo. Esse contraste ressalta a utilidade do acompanhamento de coortes para compreender de que forma diferentes perfis familiares se relacionam com o programa em horizontes de longo prazo.



BIBLIOGRAFIA

- Bastagli, F., Hagen-Zanker, J., Harman, L., Barca, V., Sturge, G., Schmidt, T., & Pellerano, L. (2016). *Cash Transfers: What Does the Evidence Say? A Rigorous Review of Programme Impact and of the Role of Design and Implementation Features* (rel. técn.). ODI - Overseas Development Institute.
- Behrman, J. R., Parker, S. W., & Todd, P. E. (2011). Do Conditional Cash Transfers for Schooling Generate Lasting Benefits? A Five-Year Follow-up of PROGRESA/Oportunidades. *Journal of Human Resources*, 46(1), 93–122.
- Fassarella, E., Ferreira, S., Franco, S., Pinho Neto, V., Ribeiro, G., Schuabb, V., & Tafner, P. (2024). Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. *World Development Perspectives*, 35, 100624.
- Glewwe, P., & Kassouf, A. L. (2012). The Impact of the Bolsa Escola/Família Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Drop Out Rates and Grade Promotion in Brazil. *Journal of Development Economics*, 97(2), 505–517.
- Molina-Millán, T., Macours, K., Tejerina, L., & Vakis, R. (2019). Long-Term Impacts of Conditional Cash Transfers in Latin America: Review of the Evidence. *IDB Working Paper Series*, (IDB-WP-1015).
- Neidhöfer, G. C., & Niño-Zarazúa, M. (2019). The Long-Term Effects of Chile Solidario on Human Capital and Income. *Economic Journal*, 129(619), 935–976.
- Parker, S. W., & Vogl, T. (2018). Do Conditional Cash Transfers Improve Economic Outcomes in the Next Generation? Evidence from Mexico. *American Economic Journal: Applied Economics*, 10(1), 124–154.
- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. *Latin American Research Review*, 45(2), 173–190.